

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 05 A 11 DE ABRIL DE 1983
Nº 216 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Diretor
Domício P. de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205.5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66.7273
01238 - São Paulo - SP

Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 - Rio de Janeiro - RJ

Editor do Aconteceu
André A. Toral

TRABALHADORES URBANOS

TRABALHADORES DA ARNO TEMEM NOVAS DEMISSÕES

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo está temendo novas demissões na empresa Arno S/A - Indústria e Comércio. Na última sexta-feira, segundo a entidade, a firma demitiu cerca de 200 empregados de suas unidades 1 e 2, no bairro da Mooca, e mais um número ainda não levantado de trabalhadores da unidade 3, no bairro do Ipiranga. Geraldino dos Santos Silva, diretor do Sindicato, protestou ontem contra "a atitude da diretoria da empresa, que se recusa a dialogar conosco". Ele afirmou ainda que entre os demitidos estavam os membros da comissão de fábrica que atuava clandestinamente, com 20 operários. "Trata-se, portanto, de uma demissão em massa de caráter político", denunciou. O Sindicato dos Metalúrgicos reivindica a readmissão dos dispensados, estabilidade de um ano de trabalho e reconhecimento das comissões de fábrica. (SP - 5/4/83)

COM UM ACORDO, ACABA A GREVE DOS VIGILANTES

Cerca de mil vigilantes bancários, em assembléia realizada no pátio da Câmara Municipal, decidiram ontem retornar ao trabalho, após 12 dias de greve, referendando o acordo assinado na Delegacia Regional do Trabalho entre representantes de 74 empresas locadoras desse tipo de mão-de-obra e representantes dos empregados. O acordo estabelece o piso salarial de Cr\$ 48 mil, a ser pago desde fevereiro (Cr\$ 50 mil, a partir de maio). Prevê ainda pagamento do índice de produtividade de 6% e de Cr\$ 1,3 mil de gratificação por ano de serviço, estabilidade de seis meses, pagamento dos dias parados, e a elevação do seguro de vida de Cr\$ 600 mil para Cr\$ 2 milhões e readmissão dos dispensados a partir de 19 de fevereiro. Os representantes das locadoras da mão-de-obra desde o início se negaram a pagar o piso salarial de Cr\$ 57 mil pleiteado pelos grevistas, bem como o adicional de 30% por periculosidade. Empunhando faixas contendo suas reivindicações e dizendo refrões como "Vigilante unido, jamais será vencido!", os grevistas dirigiram-se à Câmara dos Vereadores, paralisando o trânsito da avenida São Luis e viadutos 9 de Julho e Maria Paula. (FSP - 5/4/83)

ESTABILIDADE POR 60 DIAS TERMINA COM GREVE NA COEMSA

Depois de 12 dias de greve, os operários da Coemsa (Construções Eletromecânicas S/A) de Porto Alegre (RS) retornaram ontem ao trabalho, por decisão da assembléia geral que aceitou a proposta de estabilidade de 60 dias e, após este período, uma rotatividade de 20 empregados/mês no prazo de mais 60 dias. O acordo foi conseguido através de negociações entre representantes dos 1.300 operários e da direção da empresa. Pelo acordo, os dias úteis paralisados serão compensados em sábados ou em dias úteis de férias. A greve dos operários da Coemsa foi contra as ameaças de 400 demissões. (FSP - 6/4/83)

SINDICATO AFIRMA QUE A CICA DEMITIU

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Alimentícias de Jundiaí (SP), Lupércio Arruda, informou ontem que a Cia. Industrial de Conservas Alimentícias, a Cica, demitiu 80 funcionários nos últimos dias. O líder sindical disse estranhar essa atitude, pois, segundo ele, "a indústria alimentícia não vem sofrendo o reflexo da crise no País, pelo menos em grande escala". Embora não conheça oficialmente as razões dessas demissões, Lupércio Arruda acredita na hipótese de que a "empresa esteja demitindo antigos trabalhadores, para contratar novos com salários mais baixos". (FSP - 6/4/83)

METALÚRGICOS FAZEM ACORDO SEM GREVE

Os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e São José dos Campos assinaram, depois de quase dois meses de negociações, o acordo salarial proposto pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Esta é a primeira vez desde 1978 que os líderes do ABC assinam um acordo sem greve (em 1981 também não houve paralisação, mas os sindicatos estavam sob intervenção). A decisão do Sindicato de São Bernardo deverá ser referendada em uma assembleia marcada para o próximo sábado. A Federação dos Metalúrgicos de São Paulo também aceitou o acordo, em nome de 31 sindicatos do interior, e deverá assiná-lo amanhã, se as assembleias o aprovarem. Os dois grupos admitem que a oferta da FIESP não é satisfatória, embora seja o máximo a ser alcançado nas circunstâncias atuais. As principais reivindicações da categoria não foram atendidas (estabilidade por 12 meses - considerada a mais importante - aumento de 16% além do INPC; reajuste móvel mensal ou trimestral de salários, conforme a inflação; comissão de fábrica; e redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução salarial). (JB - 7/4/83)

CORONEL QUE COMANDOU VIOLÊNCIA É DENUNCIADO

Por haver comandado o espancamento dos operários da fábrica de carrocerias Ciferal Comércio e Indústria (em São Paulo), o Coronel Austral Manhães dos Santos foi denunciado pelos crimes de lesões corporais e abuso de poder, estando sujeito à pena de até um ano de detenção. A denúncia foi feita pelo Promotor da Auditoria da Justiça Militar e acatada pelo Juiz, que determinou que o oficial seja interrogado no dia 2 de maio. Os operários estavam em greve porque não haviam recebido seus salários de novembro de 1981. Na manhã do dia 2 de fevereiro de 1982, depois de ouvir várias promessas não cumpridas, ocuparam as instalações da fábrica, exigindo uma definição da diretoria, aos gritos de "estamos com fome, queremos nosso dinheiro". Mas, ao invés do pagamento, receberam "socos, pontapés e golpes de cassetete" do 16º BPM, comandada pelo Coronel Manhães, como afirmou o promotor. (FSP - 7/4/83)

METALÚRGICOS CONSEGUEM ACORDO COM A COSIPA

Com a garantia de estabilidade de emprego por um ano e elevação do piso salarial para Cr\$ 89 mil encerraram-se as negociações entre os metalúrgicos de Santos (SP) e a Cosipa, ficando o sindicato da categoria autorizado a firmar o novo acordo com vigência a partir de março. Com a garantia de emprego, ficou reduzido a 20 o número de dispensas mensais na empresa, reservada para casos de falta grave ou falta de adaptação ao trabalho. O novo acordo dos metalúrgicos santistas concede, ainda, garantia de emprego aos funcionários acidentados ou doentes por motivos profissionais. Foi regulamentada a transferência dos empregados que trabalham na Cipa, condicionando-se as dispensas de seus componentes a prévio entendimento com a direção do sindicato. Com relação à estabilidade, que garante agora emprego para 98,5% de todos os trabalhadores da Cosipa, ficou acertado que a cota de demissões mensais estabelecida no acordo não será cumulativa, iniciando-se a cada mês nova contagem. Os metalúrgicos da Cosipa conseguiram, ainda, as seguintes vantagens: assistência dentária gratuita a dependentes; salário de abono para estímulo à aposentadoria e elevação de gratificação especial de Cr\$ 6 mil para Cr\$ 25 mil. (ESP - 8/4/83)

ENFERMEIROS PROTESTAM CONTRA AUMENTO DA JORNADA

Numa manifestação pacífica, os enfermeiros de Porto Alegre (RS), protestaram ontem contra a tentativa dos hospitais em ampliar a jornada de trabalho, de seis para oito horas diárias. Isto significaria, segundo eles, a demissão de 25% dos funcionários de hospitais. Houve passeata, pelas principais ruas centrais da cidade, que terminou de frente ao Palácio Piratini, onde representantes da categoria obtiveram a promessa de apoio do governador para suas reivindicações. O movimento começou em frente ao prédio

da Justiça Federal, onde foi impetrado um mandado de segurança - que tramita na 1ª Vara - contra o Hospital de Clínicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que chegou a alterar a jornada de trabalho, mas teve de voltar atrás por decisão judicial. (ESP - 8/4/83)

EMPRESA TEM QUE PROVAR DIFICULDADES PARA REDUZIR JORNADA

Apresentação de balancetes dos últimos cinco anos de atividades e de mapas de produção foi a exigência feita pela Subdelegacia Regional do Trabalho de São Bernardo do Campo (SP) à direção da Fábrica de Motores Massey Ferguson Perkins, que pretende reduzir a jornada de trabalho de seus 1.200 funcionários, reduzindo seus salários. A proposta de redução não foi aceita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Ao propor a mesa-redonda na subdelegacia do Trabalho para discutir a questão, a direção da Massey Ferguson Perkins alegou queda nas vendas de seus produtos (motores diesel veiculares e estacionários), havendo necessidade de se reduzir a produção, o que significaria diminuição da jornada de trabalho. (ESP - 8/4/83)

IV ENCONTRO DOS TRABALHADORES DAS ESTATAIS

De 11 a 13 de abril, em Brasília, haverá o IV Encontro Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais, para "aprofundar a organização da categoria e enfrentar as ameaças que, em virtude da crise econômica e do acordo com o Fundo Monetário Internacional, se esboçam contra essas empresas". (ESP - 8/4/83)

PHILIPS PAGA SALÁRIOS E NÃO CONSIDERA O DECRETO

Cinco empresas do Grupo Philips - três na região do ABC e duas no interior do Estado, num total superior a 6 mil empregados - pagarão os salários de abril sem considerar os efeitos do decreto-lei 2012, baixado em fevereiro pelo Presidente Figueiredo, que alterou a política salarial anterior (lei 6.708). Os que ganham até três salários mínimos, por decisão da diretoria do Grupo Philips, terão reajuste de 46,86%, isto é, 110% do INPC de abril (42,6%), exatamente como determinava a lei anterior, em lugar da aplicação pura e simples do INPC, como prevê o decreto-lei 2012. As faixas mais altas, de 15 até 20 salários mínimos, terão reajustes superiores aos da própria lei 6.708. A Philips concederá aumento de 0,8 do INPC (isto é, 34,08% em abril), mais um adicional fixo de Cr\$ 23 mil. A faixa acima de 20 salários mínimos, que tanto pelo decreto-lei 2012 como pela lei 6.708 estaria sujeita à livre negociação entre as partes, terá, nas cinco empresas do Grupo Philips, aumento de 0,8 do INPC, mais um fixo de Cr\$ 23 mil. (JB - 8/4/83)

DESEMPREGADOS ADIAM SUA REUNIÃO PARA TERÇA

A Assembléia-geral marcada para ontem, com o objetivo de organizar as manifestações de desempregados, foi transferida para terça-feira. O motivo da transferência, segundo a Comissão Sindical Pró-Cut, foi para evitar que aumente o clima de intranquilidade em São Paulo. A decisão foi tomada ontem, durante reunião em que membros da Comissão Sindical Pró-Cut (Central Única dos Trabalhadores) e 12 dirigentes sindicais discutiram, na sede do Sindicato dos Bancários, a acusação do secretário da Segurança Pública de que a Pró-Cut teria organizado a agitação. No documento emitido a comissão "repudia veementemente qualquer insinuação que visa a identificar a Comissão Pró-Cut e os dirigentes sindicais como responsáveis pelas badernas e violências". Para o vice-presidente do Sindicato dos Bancários e membro da Comissão Sindical Pró-Cut, Gilmar C. dos Santos, "a fonte geradora dos conflitos que ocorreram em São Paulo é a política econômica desastrosa desenvolvida pelo governo federal, que está levando o trabalhador ao desespero". Em sua opinião, essa situação "tornou a população vulnerável às agitações desenvolvidas por membros da organização clandestina Falange Pátria Nova, a mesma que queimava bancas de jornais". (ESP - 8/4/83)

METALÚRGICOS ASSINAM ÚLTIMOS ACORDOS

O presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, Argeu Egídio dos Santos, assinará hoje o acordo salarial proposto pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Com pequenas diferenças de redação, será o mesmo acordo aceito há dois dias pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Quase todas as assembleias feitas por 28 sindicatos liderados pela Federação, na noite da última quarta-feira, em todo o interior paulista, aceitaram o acordo. Apenas em Sorocaba, após uma briga entre militantes da oposição e da diretoria do Sindicato - que terminou de madrugada na Delegacia local - a proposta da FIESP não foi aceita. A decisão ficará entregue à Justiça do Trabalho. Argeu sempre recusou a proposta de aumentos escalonados da FIESP porque acha que os trabalhadores das pequenas empresas - a maioria de sua base, de 300 mil trabalhadores - sairão prejudicados. Ele acabou aceitando a proposta, no momento em que os sindicatos do ABC - que negociaram em separado - decidiram aceitá-lo. As manifestações em São Paulo, nos últimos dias, foi um dos principais fatores que colaboraram para a aceitação da proposta patronal, na última terça-feira, como reconheceu o próprio Argeu. (JB - 8/4/83)

METALÚRGICOS ASSINAM ACORDO MAS QUEREM QUE NEGOCIAÇÕES PROSSIGAM

A Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, representando 31 sindicatos do interior, assinou ontem o acordo salarial com a FIESP, beneficiando cerca de 300 mil trabalhadores. O acordo estabelece reajustes diferenciados, em função do tamanho da empresa: as empresas maiores concederão um índice de produtividade maior do que as empresas de menor porte. Por ocasião da assinatura do acordo, o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egídio dos Santos, advertiu que o documento firmado "não significa o final das negociações". Segundo ele, as bases tentarão melhorar o acordo, "que foi assinado simplesmente porque percebemos que uma greve no momento poderia levar São Paulo ao caos". Segundo o diretor do Departamento Sindical da FIESP, o acordo ontem assinado deverá servir de base para as negociações em novembro entre os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, que representam cerca de 500 mil trabalhadores, e a entidade patronal. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, revelou por sua vez que conseguiu um aditamento ao contrato, estendendo à sua área as mesmas bases de reajuste dos metalúrgicos de São Bernardo, ou seja, INPC mais 6%, até o limite de 10 salários mínimos. Assinalou que "também foi uma vitória, pois Taubaté tem 17 mil trabalhadores". Argeu frisou que as demissões nas indústrias metalúrgicas não pararam e que o último levantamento da Federação indicava que havia cerca de 180 mil trabalhadores do setor desempregados no Estado. O acordo prevê que o piso salarial para a empresa que tem até seis mil metalúrgicos é de Cr\$ 54 mil 020; acima de seis mil, é de Cr\$ 79 mil 200. O empregado que for dispensado por empresa que tiver até 50 operários receberá dois avisos prévios. A produtividade terá o limite de dez salários mínimos - o que corresponde a Cr\$ 235 mil 680, com base em 31 de março.

Como foi o reajuste:

número de empregados	reajuste com produtividade
50 até 200	INPC + 2%
201 até 1.000	INPC + 3%
1.001 até 4.000	INPC + 4%
4.001 até 6.000	INPC + 5%
mais de 6.000	INPC + 6%

fonte: FIESP, Sindicatos Operários e Federação dos Metalúrgicos. (JB - 9/4/83)

METALÚRGICOS APROVAM ACORDO EM SÃO BERNARDO

Em assembleia que reuniu aproximadamente 800 trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo aprovou ontem pela manhã o novo acordo coletivo de trabalho, segundo proposta melhorada na última semana pelo Grupo 14 da Fiesp. A aprovação,

que já era tida como certa, correu o risco de não se efetivar graças à intensa ação de um grupo de metalúrgicos. Esses trabalhadores discordantes da diretoria do Sindicato entendiam que a proposta dos industriais não poderia ser aceita já que não atende a principal reivindicação da classe - estabilidade no emprego - além de oferecer índices de produtividade muito abaixo dos pretendidos 16%, constantes da pauta de negociações aprovada pela categoria. (FSP - 10/4/83)

ARY CAMPISTA E JOAQUINZÃO DISPUTAM ELEIÇÕES NA CNTI

Segunda-feira haverá eleições na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, para escolha da nova diretoria. Há duas chapas: a da situação, encabeçada pelo atual presidente Ary Campista, e a da oposição, encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Campista é acusado de ter esvaziado a entidade, o que teria provocado, inclusive, o surgimento de movimentos paralelos como o Procut. Para Joaquinzão, "uma confederação atuante será capaz de pressionar para mudar muita coisa que hoje aflige o trabalhador, como salário, habitação, saúde, etc." (Ver artigo: "CNTI: Um órgão bastante discutido" na Última Página). (FSP - 10/4/83)

TRABALHADORES RURAIS

LAVRADORES E TRABALHADORES LUTAM POR INDENIZAÇÕES NO PARÁ

O prefeito de Tucuruí (PA), vai discutir a partir de hoje, em Brasília, com os ministros Amaury Stable e Danilo Venturini, o pagamento das indenizações aos 1.800 funcionários da Agropecuária Capemi, que tiveram seus salários atualizados até fevereiro. Todos os acampamentos continuam sob o controle dos empregados, mas eles estariam dispostos a esperar mais algum tempo pelas indenizações desde que o governo assumisse o compromisso de pagá-los até uma determinada data. É isso o que o prefeito espera conseguir em Brasília: o estabelecimento de um prazo certo para a quitação de todos os direitos trabalhistas para que o pessoal da Capemi seja liberado. Mas, se há uma expectativa controlada nos acampamentos da Capemi, começa a formar-se um novo problema em Tucuruí: aproximadamente 50 lavradores continuam acampados em frente à sede da Eletronorte e prometem que só sairão quando receberem três milhões de cruzeiros de indenização por suas terras, que serão inundadas no próximo ano com o represamento do rio Tocantins. Eles são um grupo dissidente do movimento de todos os lavradores da área do reservatório, que também reivindicam nova indenização da Eletronorte. Esses colonos deverão realizar uma passeata em Tucuruí, na sexta-feira, para pressionar a Eletronorte a atender suas reivindicações. (ESP - 5/4/83)

OAB VAI AOS POSSEIROS

O auditor militar de Belém (PA), deverá autorizar no início da próxima semana a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, seção do Pará, a ter um encontro reservado com os 13 posseiros do Araguaia, condenados juntamente com os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou por crime contra a segurança nacional. A OAB recebeu denúncia de familiares de dois dos lavradores garantindo que desejavam mudar de advogado, mas tanto a guarda da Aeronáutica, onde eles estão presos, quanto o próprio advogado Djalma de Oliveira Farias não estavam permitindo. (ESP - 7/4/83)

EM ITAPEVA, POSSEIROS OCUPAM ÁREA DO ESTADO

As 43 famílias que, desde segunda-feira passada, ocupam glebas da fazenda Pirituba, nos municípios de Itapeva e Itaberã, resistiram às pressões feitas por um jagunço para que deixassem a área. Essa parte da fazenda, pertencente ao Estado, foi ocupada em dezembro de 1981 por 32 famílias. Elas foram expulsas da área, em agosto do ano passado, pelo fazendeiro Osmar Marcondes, que se diz proprietário das terras, mas voltaram na segunda-feira, acompanhadas de 11 novas famílias. A fazenda volta, assim, a ser foco de tensão na região, preocupando moradores de Itapeva e Itaberã. O problema de posse da fazenda arrasta-se há vários anos. Preocupados com a possibilidade de haver um conflito, os posseiros procuraram o bispo diocesano de Itapeva, dom Fernando Legal, pedindo-lhe que promovesse gestões junto às autoridades para dar solução ao problema. Dom Fernando informou que contactou o secretário da Justiça, José Carlos Dias, e este comprometeu-se a enviar um assessor à fazenda para examinar o problema. Os posseiros também aguardam a chegada de advogados da Frente Nacional do Trabalho, órgão ligado à Comissão de Direitos Humanos da Igreja, que deverão prestar-lhes assessoria jurídica. (FSP - 8/4/83)

"SEM TERRA" JÁ SÃO 40% NO SUDOESTE DO PARANÁ

Pouco mais de 40% dos agricultores da principal região de minifúndios do Paraná, o Sudoeste do Estado, não detêm a propriedade da terra em que trabalham. A constatação, feita após um amplo cadastramento realizado por entidades ligadas à atividade rural, aumenta a preocupação de líderes de sindicatos rurais e das associações de agricultores "Sem Terra", que reivindicam uma urgente reforma agrária no País. "A situação é crítica e tende a se agravar muito mais, não havendo, no momento, perspectivas de solução para o problema a curto e médio prazos", disse Alcir Andreoli, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Realeza e um dos coordenadores do encontro, que contou com a assessoria da Comissão Pastoral da Terra. Das 35 mil famílias de pequenos produtores, arrendatários e meeiros entrevistadas em quase todos os municípios da região Sudoeste, 12.458 não são proprietárias, e o restante possui pequenas propriedades, com uma média de 30 hectares cada uma. Em alguns municípios, o número de agricultores que não detêm a posse da terra ultrapassa os 50%. De colonização recente, esta parte do Estado já apresenta um fenômeno social de áreas estagnadas em sua economia rural: os trabalhadores volantes, conhecidos como "bóias-frias". (FSP - 10/4/83)

ÍNDIOS

DECRETO DE DEMARCAÇÃO DA ÁREA TAPIRAPÉ-KARAJÁ SAI NO DIÁRIO OFICIAL

O Diário Oficial da União de 24 de março deste ano traz os limites da demarcação administrativa da área indígena Tapirapé-Karajá, no município de Santa Teresinha (MT). O decreto, que contém a delimitação da área, foi assinado dia 23 pelo presidente João Figueiredo e pelo ministro do Interior Mario Andreazza. (DOU - 24/3/83)

FUNAI VAI INDENIZAR XOKLENG

O presidente da Funai prometeu aos líderes indígenas Xokleng, da reserva de Ibirama (SC), que o órgão examinará a reivindicação da tribo que quer receber indenização da Eletrosul pela inundação de parte de sua reserva pelas águas da barragem do Rio Erclio, no Vale do Itajaí. Os índios Copaján e Ueítxá pediram, ainda, ao presidente da Funai para retirar as madeireiras que estão atuando ilegalmente dentro da reserva indígena de Ibirama. A barragem da Eletrosul deverá inundar 817 hectares da reserva indígena que tem 14.768 hectares. (GAZETA DE NOTÍCIAS - 24/3/83)

KADIWÊU ACUSADO DE GUERRA PSICOLÓGICA

Os índios Kadiwêu adotaram uma espécie de "guerra psicológica" para expulsar de suas terras - a Reserva Bodoquena, localizada no município de Hiranã, a 350 quilômetros de Campo Grande (MS) - as 1.500 famílias de posseiros que habitam o local há mais de 50 anos. Isso acontece a menos de duas semanas, depois do ataque indígena no qual um fazendeiro e seu filho foram mortos. A ação dos índios se faz por intimidações, através de ameaças que "não passarão de uma guerra psicológica, até que seja concluído o prazo para que os posseiros retirem das propriedades todos os pertences, inclusive o que plantaram ou criaram nas terras indígenas. De qualquer forma, o prazo vencerá no final deste ano - e depois disso não garantiremos mais nada com relação aos posseiros" - assegura o delegado da FUNAI. Por outro lado, a Câmara Municipal de Bodoquena divulgou um Manifesto de Protesto "contra a violência que está sendo usada pelos índios Kadiwêu, com a complacência dos órgãos Competentes, tanto da esfera federal, como estadual, contra Colonos da região de Tarumã, neste Município". (JORNAL DA CIDADE - MIRANDA (MS) - 26/3/83)

CACIQUES KAINGANG QUEREM PROJETOS

Para pedir o encaminhamento a Brasília de projetos de extração de madeira e cultivo de soja e milho, os dois caciques Kaingang, Ivo Sales e Domingos Ribeiro, da reserva indígena de Toldo Guarita (PR), tiveram um encontro, nesta capital, com o delegado regional da Funai. Depois de uma dissidência entre os Kaingang em janeiro, a comunidade resolveu se dividir. Uma parte ficou sob a liderança de Ivo, ex-cacique, enquanto a outra metade escolheu Domingos. O delegado da Funai nega que tenha "feito a cabeça dos caciques" para virem juntos à capital reivindicar os projetos, mostrando, assim, que estava tudo bem entre eles. (JORNAL DE BRASÍLIA - 31/3/83)

XOKLENG AMEAÇA EMBARGO CONTRA BARRAGEM NA LUTA PELA INDENIZAÇÃO

Os Xokleng estão conscientes da importância da construção da barragem de Ibirama para a minimização dos problemas das enchentes no Vale do Itajaí, mas exigem uma indenização. Esta posição foi enfatizada em Florianópolis (SC) por Lino Nune-Nfoorn, um dos líderes indígenas. Ele veio em busca de auxílio judicial e assegurou conseguir apoio da comunidade para passar procuração aos advogados. Lino assegurou que: "não nos prometam pagar as terras que serão inundadas. Já enviamos uma carta ao presidente da Funai, mas não tivemos nenhuma resposta. Apenas o delegado da Funai de Curitiba esteve aí e nos avisou que o governo não tem dinheiro para pagar essas coisas". Revelou que "a gente sabe de um convênio assinado entre Funai e DNOS prevendo a indenização das benfeitorias da área. Mas nada sobre as terras". Além disso prosseguiu o líder indígena, "se falou em indenização da madeira em 1979. Depois, nunca mais se ouviu nada. Por isso, a gente viu que a única saída é lutar por aquilo que temos direito". Os índios Xokleng estão sendo apoiados pelo advogado Álvaro Reinaldo e pelo jurista paulista Dalmo Dallari. Os dois esclareceram que o embargo não visa impedir a construção da barragem, mas sim abrir negociações para obtenção de alternativas que satisfaçam a todos simultaneamente. As providências tomadas pelos advogados serão concretizadas em duas etapas. A primeira, meramente administrativa, se constituirá de um pedido formal de negociação ao DNOS, para saber, também, se existe algum processo visando a indenização dos prejuízos provenientes da barragem. A outra será uma eventual medida judiciária, para sustar o prosseguimento das obras, até que seja solucionado o problema da comunidade. (JORNAL DE SANTA CATARINA - 1/4/83)

PROSSEGUEM OS CONFLITOS NA BODOQUENA

Persiste o clima de violência entre os Kadiwêu e os invasores da reserva Bodoquena: ontem, duas fazendas foram invadidas por estranhos que atearam fogo nas sedes. Os índios, entre eles o chefe do conselho tribal, Boaventura Bento Medina, acreditam que foram os posseiros e esses os indígenas. (GAZETA DE NOTÍCIAS - 3/4/83)

FUNAI SEM VERBA PARA DEMARCAR

A crise econômica que atingiu os órgãos do Governo Federal gerou também dificuldades financeiras para a Funai: ela não terá verba suficiente para demarcar as 82 reservas definidas, ano passado, como prioritárias para os trabalhos de demarcação que seriam realizados este ano. Inicialmente, para a demarcação destas 82 áreas, o Coronel Leal solicitara Cr\$ 1,5 bilhão. O primeiro corte reduziu a verba para Cr\$ 426 milhões e, há cerca de um mês, a Funai foi informada de que só receberia Cr\$ 35 milhões. A grande maioria das 82 reservas selecionadas ano passado foi apontada como prioritária, por apresentarem problemas de tensão social. Havia sido escolhidas 27 do Amazonas, 15 de Roraima, 10 do Mato Grosso do Sul, 9 de Mato Grosso, 8 do Rio Grande do Sul, 6 do Acre, 2 do Pará, 2 do Maranhão, 1 em Goiás, 1 no Paraná e 1 em Rondônia. Estas reservas totalizam 6,3 milhões de hectares. No momento, as áreas de maior tensão são as dos Potiguara (PB), Wassú (AL), Tikuna (AM), Capinawa (PE), Kiriri e os Pataxó Há-Há-Hãe (BA). Embora as áreas de maior tensão social e riscos de conflitos se situem no Nordeste, a Funai deverá conceder prioridade à demarcação das reservas indígenas Nambiquara, em Rondônia, para cumprir o acordo feito entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial por ocasião da assinatura do empréstimo de financiamento do Polonoroeste. No Brasil, há 256 áreas indígenas a serem demarcadas, totalizando aproximadamente 40 milhões de hectares. Com o adiamento das demarcações previstas para este ano, a Funai informou não "ter previsões de possíveis datas para a conclusão destes trabalhos em todo o País. (O GLOBO - 4/4/83)

KADIWÉU: AUMENTO DE POPULAÇÃO E VOLTA ÀS RAÍZES

O índice de natalidade entre os índios Kadiwéu está aumentando verticalmente, revelou o Delegado Regional da Funai. Enquanto em 1981, os nascimentos foram 123, em 1982 chegaram a 200. De janeiro até agora, a média diária tem-se mantido em dois partos, sem ter sido registrado até agora, nenhum caso de "nati-morto" ou mesmo óbitos entre crianças nascidas nestes períodos. Repentinamente, eles surgiram com uma série de normas na tribo, como, por exemplo, não aceitar índias casadas com brancos, punir severamente as moças que namoram ou se aproximam dos brancos e outras atitudes que dão a nítida impressão de um acelerado processo de purificação da raça" - explicou. De um modo geral, segundo declarações do Cacique Boaventura Bento Medina, a nação indígena está revelando gradativamente um cuidado todo especial em torno de sua raiz. Um dos primeiros sintomas deste comportamento é o uso mais freqüente de seu dialeto. Além disso, voltaram as danças, os cantos, os benzimentos e outras manifestações que incluem o "pagê". (O GLOBO - 4/4/83)

EGYDIO SCHWADE CONFIRMA INVASÃO DA ÁREA WAIMIRI-ATROARI

O assessor do Conselho Indigenista Missionário, Egydio Schwade, afirmou que o presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, foi "desleal" quando desmentiu a presença de companhias de mineração na área dos índios Waimiri-Atroari, em Roraima. O missionário disse que visitou a área nos últimos dias e verificou que uma subsidiária do grupo de mineração Paranapanema está construindo uma estrada que penetra mais de 30 quilômetros a reserva indígena. (ESP - 7/4/83)

ÍNDIO WASSÚ É MORTO NA LUTA PELA TERRA

O presidente da Funai confirmou ontem, a morte de um índio Wassú na aldeia Coacal, em Alagoas. O índio foi morto por um posseiro que vive há 15 anos na área indígena criada em novembro pela Funai, mas o presidente da Funai atribuiu o crime a "um acidente", apesar de a região estar sob tensão desde a semana passada. Agora, a Justiça vai apurar as circunstâncias em que ocorreu a morte. (ESP - 8/4/83)

ÍNDIOS E POSSEIROS NAS TERRAS DA IGREJA

A Mitra Arquidiocesana de São Paulo está tentando expulsar 13 famílias que ocuparam uma área da Igreja situada na avenida dos Funcionários Públicos, junto ao km 12 da Estrada do M'Boi Mirim. E uma tribo de indígenas Guarani, que há 15 anos vive na mesma gleba, também está sendo ameaçada para abandonar o local. Segundo os ocupantes, que entraram na área no dia 16 de janeiro deste ano, a idéia é dividir a gleba, de dois alqueires, em 150 lotes com 200 metros quadrados cada um, "para que as pessoas sem recursos, que não podem pagar aluguéis ou comprar uma casa, construam aqui sua moradia". O índio Guarani Anízio, filho do chefe da pequena comunidade indígena que vive dentro da gleba do Instituto Rural, diz que está muito zangado com a Igreja: "Primeiro Igreja traz índio para viver aqui, isso faz 15 anos. Agora Igreja quer expulsar índio, dizendo que terra não é dele. Estamos bravos, e isto ainda vai acabar em flechada". Anízio conta que ele e sua família moravam em uma tribo na Serra do Mar, perto de Parelheiros, e que em 1968 o padre José convidou alguns dos membros da tribo a viverem nessa gleba, onde eles seriam protegidos pela Igreja. O padre Vítor R. Niekelsburg, administrador do Instituto, faz questão de afirmar que as famílias que ocuparam os dois alqueires da Mitra Arquidiocesana são "invasoras" e não contam com o apoio da Igreja em sua ação. "Eles romperam a cerca existente no local sem conversar com ninguém da Igreja". O padre disse que até agora ainda não houve nenhuma grande consequência da invasão porque ele não chamou a Polícia. "Eles se aproveitaram dessa atitude pacifista e de diálogo por parte da Arquidiocese - diz ele -, mas a Igreja usará os direitos que a lei lhe faculta para solucionar o caso." Os novos ocupantes da área da Mitra já conversaram com o cacique Gumerindo para que todos lutem juntos para que a Igreja legalize a situação dos ocupantes da área. E o Guarani Anízio diz também que aceita conversar com a Igreja, desde que recebam garantias de que não vão ser expulsos da área. Daqui índio não sai, diz ele, que ameaça buscar ajuda do resto da tribo. (FOLHA DA TARDE - 4/4/83)

PROCURADORIA NÃO RESPONDE AOS GUARANI DE SÃO PAULO

Há quase quatro anos os índios Guarani, das aldeias de Rio Branco e Itariri (próximas de Itanhaém), esperam as informações sobre suas terras que solicitaram à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado. Mas até agora não obtiveram qualquer resposta oficial do órgão e a esperança é a mudança do Governo, segundo o advogado Marco Barbosa, do Centro de Trabalho Indigenista, que vai entregar um relatório sobre a situação dos Guarani em São Paulo ao governador Franco Montoro. A população Guarani, atualmente, passa de 500 índios, espalhados pelas aldeias de Parelheiros, Crucutu, M'Boi Mirim (represa de Guarapiranga), Pico do Jaraguá, Rio Branco, Itariri, Rio Silveira (Barra do Una), Ubatuba, mais três núcleos próximos a Bauru (Araribá, Wanuiri e Icatu) e outros dois em Angra dos Reis (Rio de Janeiro) e Nova Esperança (Espírito Santo). Uma das suas características é a interdependência dessas aldeias, que formam a chamada "rota da costa" e o voluntário desligamento da Funai, cuja tutela os Guarani rejeitam, traumatizados pelo tratamento recebido do antigo Serviço de Proteção ao Índio - SPI. O núcleo de Rio Branco, em Itanhaém, tem cerca de 35 índios e em 1979 teve início o Processo na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado, segundo o qual estão no local desde o século passado, ocupando uma área de 350 alqueires. Solicitação semelhante fizeram os representantes de Itariri. No ofício à Procuradoria, informavam que estão na área desde 28 de outubro de 1927, quando o Decreto estadual nº 4.301 criou o Posto Indígena José Anchieta, de duas glebas de 463,1 e 346,1 hectares. Até agora não receberam resposta. (FOLHA DA TARDE - 4/4/83)

MUNDURUKU TAMBÉM COBRA INDENIZAÇÃO DA ELF-AQUITAINÉ

Os Munduruku, no Município de Borba (AM), estão cobrando indenização da Elf-Equitaine, pelos danos causados na sua área delimitada, nas pesquisas sísmicas e perfurações à procura de petróleo. Essa cobrança não está sendo feita judicialmente mas, sim, através da Delegacia Regional da Funai, e a empresa que mantém contrato de risco com a

Petrobrás comprometeu-se a pagar a primeira parcela de indenização. O capitão-geral Manuel Cardoso Munduruku esteve ontem na sede da Delegacia. Segundo ele, a Elf-Equitaine começou a trabalhar na área indígena em 1981 e já foram construídas cerca de 150 clareiras - para pouso de helicópteros - e derrubada grande quantidade de seringueiras e castanheiras, de grande importância para a sobrevivência dos Munduruku (mais de mil índios que vivem em área delimitada de 805 mil hectares). A Elf-Equitaine, cujo representante no País é a Braselfa, tem contrato de risco com a Petrobrás para pesquisar petróleo no Médio Amazonas. Os trabalhos de perfuração atingiram as terras dos índios Sataré-Mawé e dos Munduruku, e através da Petrobrás a multinacional francesa pagou 5 milhões de cruzeiros de indenização pelos estragos causados na área dos Sataré-Mawé. Segundo o delegado da FUNAI, a Braselfa se comprometeu a pagar entre 10 e 12 milhões de cruzeiros de indenização aos índios. O capitão-geral disse que se isso não for feito, "poderemos até impedir os trabalhos que estão sendo realizados pela empresa". (FOLHA DA TARDE - 5/4/83)

POTIGUARA TERÃO ÁREA DEMARCADA

A área indígena dos Potiguara, na Baía da Traição, Paraíba, será a primeira reserva a ser demarcada pela Funai este ano. A escolha foi feita ontem durante reunião entre os representantes do Ministério da Terra, Ministério do Interior e Funai, integrantes do grupo de trabalho instituído pelo presidente Figueiredo para estudar a demarcação das terras indígenas. O coronel Leal disse ainda que a Funai terá condições de atender às reivindicações dos Potiguara, que exigem 30 mil hectares de terras. Essas terras, segundo Leal, "são de posse imemorial dos índios, mas na demarcação a Funai deverá levar em consideração o interesse público, o interesse dos índios e a situação atual de ocupação." (FSP - 6/4/83)

MOVIMENTOS POPULARES

MONTORO SUSTA AÇÃO CONTRA OS INVASORES

O governador Franco Montoro anunciou a suspensão das ações de despejo contra os ocupantes de casas do conjunto Centreville, em Santo André (SP), ao receber, ontem em seu gabinete, uma comissão de invasores. Montoro também prometeu urgência no encaminhamento das negociações que os ocupantes deverão iniciar quinta-feira com a Caixa Econômica do Estado, à qual está hipotecado o conjunto, no sentido de adquirirem essas casas. O governador também deverá receber amanhã uma comissão dos compradores de casas no conjunto, que pretendem uma solução para o caso. O presidente da Associação União de Luta dos Moradores de Centreville, João Batista Rocha, afirmou que os ocupantes têm renda familiar de Cr\$ 75 mil a Cr\$ 90 mil e pretendem propor à Caixa a compra das casas por uma prestação equivalente a 1/3 de suas rendas. (FSP - 5/4/83)

TERRENO DO DER NO JACARÉ É O 5º A SER INVADIDO

Moradores de favelas próximas ao Jacaré invadiram ontem um terreno do DER no acesso ao Túnel Noel Rosa (RJ). Foi a quinta invasão de áreas públicas e particulares desde o início do atual Governo, o que levou o Governador Leonel Brizola a denunciar uma ação sistemática de pessoas - ele não identificou - que incentivam os invasores. Brizola disse que "está havendo um trabalho visando criar uma situação para o novo Governo, não sei se querendo colocá-lo à prova ou criar um ambiente de insegurança", e criou o Grupo Executivo de Ação Comunitária Integrada, em regime de urgência, que começará a trabalhar em 48 horas para resolver os problemas das invasões. (JB - 5/4/83)

OPERÁRIOS SE RECUSAM A DEMOLIR BARRACOS

Operários convocados pela direção da fábrica de tecidos Nova América recusaram-se ontem a demolir, no Rio, os barracos das 170 famílias de desabrigados que há mais de um mês invadiram os terrenos de propriedade da fábrica, localizados entre os bairros de Inhaúma e Del Castilho, numa área de quase dois mil metros quadrados chamada pelos atuais ocupantes de "Vila do Brizola". Os dois oficiais de Justiça enviados pela 44ª Vara Civil ainda tentaram convencer os operários da "necessidade" de despejo - "são ordens do juiz", argumentavam - mas os 60 peões, recrutados pela fábrica em obras das imediações, alegaram "problemas de consciência", baixaram suas picaretas e gritaram "não". Os dez soldados da PM enviados ao local pelo 22º Batalhão limitaram-se a observar os acontecimentos de longe, pois haviam recebido ordens para "não intervir em nada". Em Irajá, nos terrenos da Cedae invadidos por um grupo de favelados, a polícia também se recusou a intervir diretamente na demolição dos barracos, preferindo ficar à distância. Funcionários do órgão tentaram demover os favelados da intenção de resistir, também em vão. (ESP - 7/4/83)

INVASORES DA CEDAE FAZEM ACORDO COM O GOVERNO

Em duas horas de diálogo, o Grupo Executivo de Ação Comunitária e uma comissão de invasores dos terrenos da Cedae em Irajá (RJ), chegaram a um acordo: 35 famílias de baixa renda vão ocupar a unidade de integração social da Cehab - Companhia Estadual de Habitação, em Senador Camará, e as 30 que têm recursos serão transferidas para unidades habitacionais, a escolher. Foi uma vitória - disse o Secretário de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, acrescentando: "Faremos o mesmo trabalho com os outros ocupantes dos locais invadidos (Inhaúma, Del Castilho e Jacaré), e Bonsucesso. É o jeito, o que podemos fazer? A comissão e o nosso grupo discutiu muito. Achc que tudo vai acabar bem, mas não posso responder por todos", disse o pastor Jorgival da Paixão, o líder do grupo, na saída da reunião. (JB - 7/4/83)

IGREJA

PROPOSTA DE ARCEBISPO PODE DIVIDIR REUNIÃO DA CNBB

O arcebispo de Aracaju, dom Luciano Cabral Duarte, apontado como um dos principais representantes da ala conservadora da Igreja Católica no Brasil, propôs ontem, na 21ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que os prelados tenham tempo suficiente para estudar as divisões internas existentes na Igreja. A inclusão dessa proposta foi analisada como uma tentativa de "rachar" a eleição da nova direção da CNBB, que será realizada a partir da próxima semana, em Itaici. Esse pedido de análise das divisões internas da Igreja evidenciaria a existência de alas que não estariam seguindo à risca as determinações do Papa João Paulo 2º, avesso a qualquer tipo de participação política do clero e dos bispos. Segundo esses observadores, a análise dessas correntes serviria de alerta no momento da votação. Até bem pouco tempo ligado ao Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), dom Cabral Duarte teria feito essa sugestão em função da crítica papal à chamada Igreja popular, feita quando de sua recente passagem pela Nicarágua. Caso essa interpretação se confirme, é provável que a atividade das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que será analisada durante o Encontro, receba alguma reprimenda de parte do episcopado. (FSP - 7/4/83)

POLÍTICA NACIONAL

PARA PRESIDENTE, 74% QUEREM ELEIÇÃO DIRETA

O Instituto Gallup divulgou ontem pesquisa de âmbito nacional em áreas urbanas, cujos dados revelam que 74% dos eleitores brasileiros são a favor da eleição direta de presidente da República. O levantamento foi realizado em fevereiro, com 2.619 eleitores e mostrou que 15% dos entrevistados preferem o pleito indireto e 11% são indiferentes ao sistema de escolha. Comparada a outras duas pesquisas, feitas em abril de 80 e fevereiro de 82, esta indica que cresce entre o eleitorado a expectativa de eleição do próximo presidente pela via direta. (ESP - 5/4/83)

BRIZOLA RELACIONA DISTÚRBIOS COM ATENTADOS TERRORISTAS

Ao revelar ontem que uma testemunha de São Paulo havia identificado "pessoas do Rio" na liderança dos conflitos de rua da capital paulista - segundo informou-lhe o próprio governador Franco Montoro durante o cerco ao Palácio dos Bandeirantes, na última terça-feira - o governador Leonel Brizola manifestou sua convicção de que "tudo isso é um processo de agitação artificial provocado por grupos que guardam parentesco com o que ocorreu aqui na OAB, no Riocentro e possivelmente também na Proconsult". De acordo com os indícios de que dispõe, Brizola afirmou estar "adquirindo a convicção de que se trata de um plano em execução com o propósito de desgastar, ou até mesmo desestabilizar os novos governos eleitos pelo povo. Inclusive não exclui os governantes eleitos pelo PDS, porque igualmente escolhidos pelo povo. A nova ordem democrática que se inicia no País é o alvo. E os interessados nesses distúrbios talvez queiram aumentar o seu cacife nessa nova correlação de forças". (FSP - 8/4/83)

ORGANIZADOR DA PASSEATA ACUSA O PT E A DIREITA

Embora tenha culpado o Governo federal e o "quadro generalizado de fome" pelos incidentes que ocorreram em São Paulo, o Deputado Aurélio Perez (PMDB-SP) acusou a ala trotskista do PT e a direita de se incorporarem a um movimento espontâneo de revolta para "desestabilizar o Governo Montoro". Perez, apontado como um dos responsáveis pela deflagração do movimento, dividiu os acontecimentos em dois momentos. Num primeiro que durou até o saque ao primeiro supermercado, ocorreu "a explosão da fome". A partir daí, ela degenerou em "vandalismo", ao qual se associaram o Movimento Lúmpen (mas sa marginal), os trotskistas e a "reação, que tenta tumultuar o processo político em São Paulo". Se comprovada a responsabilidade do Deputado federal Aurélio Perez, ele poderá ser punido pela direção partidária. A hipótese foi admitida ontem pelo presidente nacional do PMDB, Deputado Ulisses Guimarães. (FSP - 8/4/83)

COMUNISTAS ADMITEM ATUAÇÃO

O secretário-geral do PC do B, ex-Deputado João Amazonas, admitiu a participação de seu Partido nas manifestações realizadas na Zona Sul de São Paulo, confirmando a acusação do SNI, mas negou envolvimento nos tumultos registrados no Centro. Em entrevista na Assembléia Legislativa, o secretário-geral do PC do B declarou que são "grupos paramilitares, criados nos círculos que dominam o sistema de repressão - como o DOI-CODI e o Cenimar - que organizam e mantêm os responsáveis pelos distúrbios". Amazonas eximiu o PC do B da responsabilidade pelos saques a supermercados, observando que "durante a passeata até o Palácio dos Bandeirantes (terça-feira), os comunistas fizeram cordões de isolamento em volta de todos os supermercados do trajeto. De resto, não houve saques em Santo Amaro; houve invasões de supermercados e, para quem vive passando fome, elas são inevitáveis". O ex-deputado insistiu em que "só quem desconhece a

situação em que se encontram meio milhão de desempregados pode se surpreender (com os saques). Dizer que isso é dirigido é uma balela. São ações de massa". (FSP - 8/4/83)

PT FAZ CRÍTICA À AÇÃO DE MONTORO

"O governo do Estado de São Paulo não pode ser considerado responsável pelo desemprego, mas denunciemos seu comportamento incompetente e desastrado diante desses acontecimentos" - essa afirmação está contida em nota oficial distribuída pela Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. A nota afirma que "o governador Montoro assumiu, prioritariamente, na campanha eleitoral, as bandeiras da participação popular e da criação de empregos. Agora, porém, recusou-se ao diálogo com os trabalhadores reunidos em Santo Amaro, preferindo mandar a polícia para reprimi-los, o que aconteceu com extrema violência. Depois, protelou intoleravelmente as conversações, quando os trabalhadores se dirigiram ao Palácio, contribuindo para agravar uma situação que terminaria degenerando em mais violência". O documento refere-se também ao quebra-quebra: "as depredações só servem para prejudicar os nossos esforços de mobilização e organização dos trabalhadores. Observamos, contudo, que a caça às bruxas, que se estimula hoje no Palácio dos Bandeirantes, cumpre o objetivo de desviar a atenção da opinião pública do gravíssimo problema social que está na origem dos acontecimentos". (FSP - 9/4/83)

AJUDA A ATALLA É "PRIVILÉGIO", DIZ DEPUTADO

Ao comentar a liberação, pelo IAA, de US\$ 5 milhões ao grupo Atalla, o deputado Paulo Furiatti, membro da CEI que investiga as atividades do grupo em Porecatu, disse que "a Nação só pode ficar revoltada e indignada com a concessão desse privilégio num momento em que a agricultura se ressentida de uma dramática falta de recursos para continuar produzindo e até mesmo para comercializar seus produtos". Lembrou que, "enquanto o grupo Atalla atrasa salários, não recolhe INPS e o Fundo de Garantia, Porecatu está morrendo à míngua e famílias inteiras estão passando fome". (ESP - 9/4/83)

INTERNACIONAIS

BRASIL REJEITA IDÉIA DE "CLUBE DOS DEVEDORES"

O chanceler brasileiro Sarauva Guerreiro, negou ontem, que o chamado "clube dos devedores" virá a ser criado na reunião ministerial do grupo de 77 países pobres. "Cada país tem seu perfil da dívida e circunstâncias que lhe são peculiares. A negociação concreta de cada situação de endividamento tem de ser necessariamente individual", afirmou ele. Afastada a hipótese da formação do "clube", a conferência dos 77 não deverá produzir mais do que uma lista de reivindicações dos países pobres aos ricos, a ser encaminhada à Sexta Unctad (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), em Belgrado, em junho. (FSP - 5/4/83)

REAGAN MANDOU DERRUBAR SANDINISTAS

O Presidente Ronald Reagan e o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos aprovaram em abril de 1982 um plano para, entre outros objetivos, derrubar o Governo da Nicarágua e conseguir a curto prazo "a eliminação da influência cubano-soviética" na América Central. Um documento secreto com o plano foi publicado ontem na íntegra pelo jornal The New York Times. A política de Washington para a América Central, complementada pela atuação da CIA (Agência Central de Informações), pretende também, segundo o

documento, ajudar El Salvador a combater a guerrilha de esquerda, estreitar as relações dos Estados Unidos com o regime direitista da Guatemala, engajar os Governos da Costa Rica e Honduras na política contra-revolucionária americana, isolar o México e reduzir a influência da Internacional Socialista na América Central. (JB - 8/4/83)

"GUERRILHA VAI VENCER GOVERNO EM EL SALVADOR"

A guerrilha salvadorenha "está ganhando e vai ganhar" a guerra contra o governo daquele país, previu o ex-embaixador dos Estados Unidos em San Salvador, Robert White. Por sua vez, o ministro da Defesa de El Salvador, Guillermo Garcia, responsabilizado em San Salvador por setores do governo norte-americano pelo mau desempenho do Exército, declarou que não cederá às pressões de Washington para que renuncie e que só deixará o cargo a pedido do presidente Alvaro Magaña. O ex-embaixador está acompanhando uma delegação de congressistas norte-americanos que faz uma viagem a Honduras e Nicarágua para avaliar a explosiva situação da América Central. "A situação dos direitos humanos piorou" e agora "o perigo é que a guerrilha vai ganhar a guerra", afirmou. (FSP - 10/4/83)

OUTRAS

MÍNIMO DEVE SUBIR PARA CR\$ 34.776

O salário mínimo das regiões Sul e Sudeste, bem como do Distrito Federal, deverá subir em maio de Cr\$ 23.568 para Cr\$ 34.776, já que o Índice Nacional dos Preços ao Consumidor para os reajustes salariais do próximo mês foi fixado pelo IBGE em 47,5%. Conforme os critérios utilizados pelo governo, o mínimo do Norte, Centro-Oeste, Bahia e Pernambuco passará a Cr\$ 31.080, ficando outros Estados nordestinos com Cr\$ 30.960. O índice divulgado ontem no Rio pelo IBGE representa um recorde desde que foram instituídos no País os reajustes semestrais. Com os 8,3% do INPC registrados em março, a taxa acumulada nos últimos 12 meses atingiu 109,1%, batendo recorde anual. (FSP - 5/4/83)

EM FEVEREIRO, O DESEMPREGO CHEGOU A 7,48%

Na região metropolitana de São Paulo, em fevereiro, 387.973 trabalhadores estavam desempregados. A taxa de desemprego chegou a 7,48% contra 7,27% em janeiro, segundo dados da Fundação IBGE. Mas o ministro Delfim Netto acha que "o desemprego tem diminuído desde 1981 e o nível, hoje, está em torno de 5%". Disse ainda não acreditar que os saques em São Paulo estejam sendo praticados por desempregados, mas não quis analisar o assunto. (ESP - 7/4/83)

REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO TERÁ COMO BASE APENAS 100% DO INPC

O novo salário mínimo, a ser reajustado a partir de 1º de maio, deverá ser calculado com base em apenas 100% do INPC para todas as regiões brasileiras em razão das dificuldades econômicas, segundo informaram ontem assessores do Ministério do Trabalho. De acordo com os critérios dos reajustes anteriores, o cálculo do salário mínimo era feito por regiões (três), tendo o maior sido reajustado em 100% do INPC, o intermediário em 105% e o menor em 110%. A modificação da lei salarial que acabou com os 110% para a faixa até três mínimos, deverá ser estendida também para o salário mínimo, de acordo com aqueles assessores. (ESP - 7/4/83)

INFLAÇÃO DE 10,1% BATE RECORDE DE 64

A inflação de março - 10,1% -, anunciada oficialmente ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia, é a segunda maior taxa desde o início dos anos 50, sendo superada apenas pelo índice de janeiro de 1964, durante o governo João Goulart, que chegou a 11,3%. Segundo o Ibre, a má desvalorização do cruzeiro foi a principal causa do aumento e com esse índice a inflação acumulada do primeiro trimestre deste ano chega a 27,9%, enquanto a dos últimos 12 meses atinge, agora, 109,7%. (ESP - 8/4/83)

OS CULPADOS PELA INFLAÇÃO

Ao afirmar que a inflação recorde de março foi provocada pela má desvalorização do cruzeiro, a outrora respeitável Fundação Getúlio Vargas está escondendo a verdade, para a conveniência do ministro do Planejamento, Delfim Neto. Não é preciso muito esforço para mostrar que a Fundação está mentindo: seus próprios dados estatísticos relativos à inflação mostram que, em março, houve nova disparada de preços para uma área que, a curto prazo, nada tem a ver com a má: a alimentação. Somente em março, os alimentos subiram 14,8% no índice de preços no atacado, e mais 12,2% no índice de custo de vida ao consumidor, puxando a taxa da inflação. Em três meses, a alta para os alimentos passou da casa dos 35%, segundo a própria FGV, ganhando, de longe, da carestia nas demais áreas. A má provocará pressões inflacionárias nestes próximos meses, é inegável. Mas a tentativa de responsabilizá-la pela inflação de março é querer esconder a total indiferença com que os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, a Cobal, o governo federal, enfim, estão presenciando a "disparada" dos preços dos alimentos, nestes primeiros meses do ano. Uma atitude que, se não for prontamente alterada, pode realmente levar o País ao caos social, provocado pela carestia insuportável. (FSP - 9/4/83)

OS PREÇOS DA COMIDA SOBEM EM DISPARADA

De dezembro do ano passado a março deste ano, a população sentiu mais forte no próprio estômago a alta do custo de vida. Enquanto escalões do governo atribuíam inicialmente às chuvas a elevação dos preços dos alimentos e, posteriormente, à má, a Fundação Getúlio Vargas - que oficialmente calcula os índices de inflação e do custo de vida - era afinal obrigada a admitir, na semana passada, que o custo da alimentação subiu 35% no primeiro trimestre de 83 e quase 15% apenas em março (preços no atacado). Neste período, os produtos que subiram menos foram o macarrão em pacote (40%) e a lata de leite condensado (35%). O recorde de aumento coube às verduras e legumes, com o maço de espinafre (1.640%) liderando a alta de uma lista de 22 produtos. Depois dele veio a batata, tradicional produto substitutivo para o popular arroz e feijão, com 400% de aumento. (FSP - 10/4/83)

CARTA DO LEITOR

DESPEJOS E VIOLÊNCIA EM GOIÁS

Nota à opinião pública

1. Desde 1917 moram na área do TAMBORIL, TABOCA e CENTRO DOS BORGES, município de Nazaré (GO), mais de 200 famílias de posseiros.
2. Em 1980, a Sra. Odília Conceição de Fátima Moraes, aparece na região dizendo-se do na daquelas terras. Daí em diante foram praticadas diversas e violentos despejos. Casas foram queimadas e pessoas espancadas, a região passou a ser rigorosamente

vasculhadas por pistoleiros contratados por esta Senhora. Os posseiros sofreram todo tipo de violência, inclusive pelo GETAT, Polícia Federal e Polícia Militar.

3. No início do mês de fevereiro de 1983 foi matado o gerente da "Fazenda Extrema" sem que ninguém saiba quem foi o autor do crime. Aproveitando-se deste fato a Polícia Militar, dando apoio à senhora Odícia, continuou intimidando as famílias dos povoados, prometendo novos despejos. Como último ato policial foram sequestrados no dia 25 de fevereiro de 1983, os posseiros João Alexandre da Conceição e João Celino de Moraes, a quem os policiais querem culpar pela morte do gerente da fazenda Extrema.
4. No momento do sequestro destes posseiros, a polícia militar, comandada pelo Delegado Regional Amorim de Araguaian (GO), matou mais o jovem Rufino Coelho Correa com um tiro no peito espancou violentamente o ancião de 77 anos Guardiano de Sousa Nascimento, que se encontra em perigo de morte.
5. Os dois posseiros sequestrados continuam detidos na Delegacia de Polícia de Tocantinópolis, sendo ameaçados a qualquer momento de serem transferidos para um lugar ignorado. João Celino de Moraes apresenta várias hematomas e o homoplata esquerdo quebrado.
6. Apesar de todas estas pressões e torturas, os posseiros encontram-se conscientes de sua inocência e esperam o apoio de toda a população.

(Coordenação da CPT da Diocese de Tocantinópolis - 02 de março de 1983)

TRABALHO DE EVANGELIZAÇÃO AMEAÇADO

Prezados Amigos:

Nós como moradores deste Município de Gurupá, somos Testemunhas do TRABALHO DE EVANGELIZAÇÃO que Padre Giulio Luppi vem realizando com o povo há mais de 11 anos.

Ultimamente, Pe. Giulio recebeu um convite para comparecer no Setor de Estrangeiros da Polícia Federal no prazo de trinta dias, dizendo: "a fim de tratar de assuntos de seu interesse".

Esta atitude da Polícia Federal, nos deixou apreensivos, e provocou um sentimento de repúdio por esse tipo de ameaça e intimidação, não só com a Igreja de Gurupá, mas com toda Igreja comprometida com a causa do povo oprimido.

Pedimos orações e solidariedade para o nosso Padre Giulio e todo o nosso povo.

Abraço do povo de Gurupá.

(Gurupá, 02 de abril de 1983)

ELEIÇÕES NO SINDICATO RURAL DE SANTARÉM-PA

Companheiros:

Estamos em campanha. No próximo mês de maio, dia 22, nossa categoria vai eleger a nova Diretoria do Sindicato.

A oposição (de direita) que enfrentamos está recebendo apoio financeiro de figuras ligadas ao PDS local e vem revigorando o esquemão de levar médicos, dentistas, telha brasilit e outros "benefícios" para as comunidades rurais, onde realizam verdadeiros comícios contra a nossa Corrente Sindical "Lavradores Unidos", que apoia a CHAPA 2.

Além da ajuda financeira, os patronos da chapa 1 são donos de uma rádio e da estação de Tv locais.

Nada nos intimida e temos confiança na nossa vitória. Mas precisamos de dinheiro para desencadear uma ação de maior vulto, massiva, que dê respaldo à esta confiança que temos na vitória da nossa CHAPA 2.

Esta carta é um "SOS" que estamos emitindo para alguns companheiros compro-

metidos com a prática da organização pela base.

Temos à disposição da nossa campanha uma conta bancária, para onde o companheiro poderá remeter a ajuda que estiver ao seu alcance. A conta bancária é a seguinte:

MATILDE DE SOUZA
CONTA Nº 030296
BANCO NACIONAL S.A.
AGÊNCIA DE SANTARÉM - PARÁ

Para nós é muito claro que o companheiro tem consciência da importância de sua participação na nossa campanha. Somos reconhecidos pela atenção.

NOSSA LUTA NÃO PODE PARAR!

Ranulfo Peloso da Silva/Coordenador da Campanha - Avelino Ganzer/Encabeçador da CHAPA 2 - Santarém, 25 de março de 1983).

ÚLTIMA PÁGINA

CNTI: UM ÓRGÃO BASTANTE POLÊMICO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) é considerada a maior central sindical do País, embora sua atuação esteja longe do desejado pelos 10 milhões de trabalhadores (sindicalizados ou não) representados por ela. Omissão, distanciamento dos trabalhadores e vivência muito próxima ao Poder por parte dos seus dirigentes são algumas das acusações feitas à direção dessa entidade, que foi fundada em 1946 pelo ex-dirigente sindical Diocleciano Holanda Cavalcante.

Exceção feita ao período 1961-1964, quando esteve muito presente nos sindicatos e até nas fábricas, nos demais anos da sua existência a CNTI serviu muito mais ao governo que aos seus representados. Desde sua fundação realizou cinco congressos e os que os acompanharam são unânimes em afirmar que cada um deles teve um fim específico, sempre de acordo com o interesse momentâneo do governo.

Foi o caso do realizado em 1970, que aprovou tese contrária ao protecionismo econômico exercido pelas nações industrializadas com relação aos manufaturados aqui fabricados. Esse congresso registrou o desligamento da CNTI dos organismos internacionais (medida considerada demagógica na época) e ao seu final, os participantes, foram a um churrasco oferecido pelo governo, cantaram e dançaram a marcha "Prá Frente, Brasil", que havia coroado a vitória do selecionado de futebol na Copa do México. Já o de 1978 teve como objetivo testar as lideranças novas que surgiram em São Paulo e Minas, todas da área da indústria automobilística.

61 federações, representando 1.500 sindicatos de todo o País, são filiadas à CNTI. Seu orçamento, independente de contribuições espontâneas de sindicatos, governo e outras fontes, é baseado nos 5% que lhe são reservados do montante do resultado da Contribuição Sindical, o dia de trabalho pago por todos os assalariados no mês de março de todos os anos. Aliás, desse montante o governo fica com 20%; as federações com 10% e os sindicatos com 65%. (FSP - 10/4/83)

SÃO PAULO, CIDADE SAQUEADA

Reginaldo Prandi

A predição, como a profecia, só se realiza no limite - ensinaram velhos mestres -, no limite do tempo, no limite das forças de toda natureza, no limite do universo das coisas enumeráveis, no limite do acaso.

De repente, estamos todos tomados de surpresa e espanto diante do saque da cidade por uma população desesperada - invasões, incêndio, confronto com a polícia. Do Largo 1º se esparrama por bairros de Santo Amaro e vai chegar até o centro, na Sé, nas ruas estreitas do centro velho, nas avenidas e praças do centro novo. A quebradeira desordenada caminha por sítios velhos conhecidos. São eles os pontos dos desempregados, terreno que lhes é muito familiar.

Multidões surgem ninguém sabe de onde. No saque, na depredação, no corre-corre, vão juntando-se vagabundos, ladrões, aproveitadores, enfeitados de toda sorte. Mas estes também estarão presentes quando se beijar o pé do santo. Melhor abstrair-lhes a presença.

A violência atemoriza; a eclosão do saque e seus desdobramentos desnorteiam. Por que agora? Com que finalidade? Quem está por trás de tudo isso?

Só há uma surpresa legítima: o 4 de abril. No mais, não há mistérios a evocar.

Todas as condições estavam dadas. As já miseráveis condições de vida da classe trabalhadora há muito estão presentes, os mínimos vitais empurrados sempre para baixo na comezinha contabilidade da fome tresnoitada. O desemprego galopante é o golpe verdadeiro. Só o desespero pode dar sentido ao clamor desses deserdados da política econômica.

Mas a promessa da abertura democrática é a luz no fim do túnel. A miséria a que se levou o trabalhador foi nestes anos todos apontada e exaustivamente comprovada por cidadãos de tantos setores: cientistas, homens de imprensa, líderes sindicais, políticos, religiosos. Nas campanhas eleitorais de 1982 tudo veio ao debate, tudo lastreando plataformas de governo. E os que chegaram ao governo de São Paulo de tudo isso se valeram para colorir suas bandeiras: "É hora de mudar."

Mas o tempo do rei não é o tempo do povo - eis a questão. A corte se fecha em palácio para, no seu tempo, organizar a mudança prometida e jurada ao pé da cruz. Cometeu o governo, neste interim, enorme erro. O Palácio, preocupado com a distribuição dos cargos, volta as costas para o povo e se debruça sobre a alquimia da partilha do poder entre seus pares. Mas só foram 15 dias! - se defendem agora, tomados de tamanho espanto, os nossos governantes.

O povo exige ver a face do rei, porque ele foi o escolhido. O pacto das urnas previa cobranças imediatas, pois a fome, o desespero, o sentimento de abandono têm a data de ontem.

Passadas as eleições, que governante veio ao povo, que participação tão decantada chegou até o trabalhador? Quem rompeu o diálogo apascentador?

Por quatro meses, o compasso de espera: qual a verdadeira cara da mudança? E tudo isso foi duramente cobrado - mas o palácio cerrou as portas e só veio a público trazido pela força do pânico.

Agora, no momento da surpresa, a obsessão em identificar os incitadores, os baderneiros, insufladores, radicais, agitadores políticos, os infiltrados, como sempre. Não os encontrarão, mesmo porque não fazem sentido.

E todos acreditam que são eles a origem desse inferno derramado na praça. Não há movimentos espontâneos dessa natureza, diz o ministro do Trabalho. Cada um a seu modo, matizes diferentes, concordam com isso o próprio governador, deputados, senadores, o ministro da Justiça, secretários de Estado, delegados, empresários, velhos e novos governantes, enfim. E já na quaresma o bispo chamava a atenção para o risco de eclosão do que se viu; o que enxergava o governador, o que não queria ver? Mas sem pre haverá a possibilidade de encontrar o bode maligno - esse eterno guardião-expiatório de tantos palácios.

Por que não aceitar esse grito de desespero para entendê-lo no seu verdadeiro significado? Não mais que o clamor de uma classe deserdada e traída por uma política que jamais lhe prestou contas?

Não há interlocutores, não há líderes, não há representantes. Nada está sendo reivindicado por essa massa que já não se conheça ad nauseam. Essa massa, que traz para São Paulo o impensado saque, veio mostrar para seu novo governo o imperativo da prioridade inadiável.

Tranquilizemo-nos. Nenhuma cidadela foi expugnada. E não será, se os gover-

nantes forem capazes de entender que o significado fundamental de tudo tão lamentável que nesta semana se abateu sobre a cidade é tão mais claro do que se pode imaginar: após quatro meses de mais uma espera, talvez não houvesse outra alternativa que a de mostrar que todo o tempo está exaurido.

Nem se questiona a democracia, nem o governo. A transfigurada bastilha onipresente não passou, instante algum, no horizonte dessa gente.

José Reginaldo Prandi é doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais da USP, membro do Cebrap e autor, entre outros livros, de "O trabalhador por conta própria sob o capital" e "Os favoritos degradados".



(FSP - 7/4/83)